

AS CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE AS GEOGRAFIAS DAS RACIALIDADES

THE CHARACTERISTICS OF BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION ON THE
GEOGRAPHIES OF RACIALITIES

LAS CARACTERÍSTICAS DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA BRASILEÑA
SOBRE LAS GEOGRAFÍAS DE LAS RACIALIDADES

AUTOR

- ¹ Adir Fellipe Silva Santos 
¹ Cíntia Cristina Lisboa da Silva 
¹ Joseli Maria Silva 
² Denilson Araujo de Oliveira 

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL

- ¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
² UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

E-MAIL

adirfellipe@gmail.com
cintia.slisboa@gmail.com
joseli.genero@gmail.com
araujo.denilson@gmail.com

DATA DE SUBMISSÃO: 15/05/23

DATA DE APROVAÇÃO: 30/06/25

DOI: 10.12957/GEOUERJ.2026.76105



E-ISSN 1981-9021

ESTE É UM ARTIGO DE ACESSO ABERTO
DISTRIBUÍDO SOB OS TERMOS DA LICENÇA
CREATIVECOMMONS BY-NC-SA 4.0, QUE
PERMITE USO, DISTRIBUIÇÃO E REPRODUÇÃO
PARA FINS NÃO COMERCIAIS, COM A CITAÇÃO
DOS AUTORES E DA FONTE ORIGINAL E SOB
A MESMA LICENÇA.

// RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender as características da produção científica brasileira sobre as geografias das racialidades. São identificados a distribuição espacial da produção de artigos científicos, os grupos sociais que inspiraram a produção acadêmica, bem como as autorias do conjunto de textos analisados. Para tanto, foi realizado um levantamento no Observatório da Geografia Brasileira – OGB, que nos permite a busca da literatura geográfica brasileira publicada via artigos online entre o período de 1939 a 2018, resultando em 452 artigos entre 25.430, ou seja, apenas 1,8% da produção nacional. Como resultado da investigação realizada foi evidenciado que a produção científica das racialidades é recente, a partir dos anos 2000 e está concentrada nas instituições de ensino superior do Sudeste e Centro-Oeste do país e foi desenvolvida em torno de quilombolas e indígenas.

Palavras-chave: geografia brasileira; epistemologia; ciência; racialidades

// ABSTRACT

The objective of this article arises to understand the characteristics of Brazilian scientific production on the geographies of racialities. The spatial distribution of the production of scientific articles, the social groups that inspired the academic production, as well as the authorship of the set of texts analyzed are identified. Therefore, a survey was conducted at the Brazilian Geography Observatory - OGB, which allows us to search the Brazilian geographic literature published via online articles between the period 1939 to 2018, resulting in 452 articles between 25,430, that is, only 1.8% of national production. As a result of the research carried out it was evidenced that the scientific production of racialities is recent, from the 2000 and is concentrated in the higher education institutions of the Southeast and Midwest of the country and was developed around quilombolas and indigenous.

Keywords: brazilian geography; epistemology, science; racialities

// RESUMEN

El objetivo de este artículo al comprender las características de la producción científica brasileña sobre las geografías de las racialidades. Se identifican la distribución espacial de la producción de artículos científicos, los grupos sociales que inspiraron la producción académica, así como las autorías del conjunto de textos analizados. Para tanto, fue realizado un levantamiento en el Observatorio de la Geografía Brasileña - OGB, que nos permite la búsqueda de la literatura geográfica brasileña publicada vía artículos online entre el período de 1939 a 2018, resultando en 452 artículos entre 25.430, es decir, solo el 1,8% de la producción nacional. Como resultado de la investigación realizada se evidenció que la producción científica de las racialidades es reciente, a partir de los años 2000 y está concentrada en las instituciones de educación superior del Sudeste y Centro-Oeste del país y fue desarrollada en torno a quilombolas e indígenas.

Palabra Clave: geografía brasileña, epistemología, ciencia; racialidades.

INTRODUÇÃO

Entendemos que a ciência moderna é (re)produtora de colonialidades que interferem na prática e no imaginário em nossas vidas. Sendo assim, ausências e silenciamentos sociais também são reproduzidos na produção do conhecimento científico, tendo a vista as limitações que as colonialidades apresentam.

Ao buscarmos entender as limitações existentes no debate geográfico, em especial sobre as questões raciais, é que surge o objetivo deste artigo ao compreender as características da produção científica brasileira sobre as geografias das racialidades no período de 1939 a 2018.

Para tanto, identificamos a distribuição espacial da produção de artigos científicos, os grupos sociais que inspiraram a produção acadêmica, bem como as autorias do conjunto de textos analisados. Deste modo, foi realizado um levantamento no Observatório da Geografia Brasileira – OGB, que nos permite a busca da literatura geográfica brasileira publicada via artigos online no recorte temporal já mencionado, resultando em 452 artigos entre 25.430.

Após seleção dos artigos, um refinamento foi feito em uma planilha do *Excel*, onde a partir da análise de conteúdo identificamos: o gênero da primeira autoria, a origem institucional e regional, as referências com 5 ou mais publicações na área, os sujeitos dos trabalhos e os principais temas abordados.

O artigo está dividido em três seções, em que a primeira se dispõe em trazer a reflexão em torno das relações de poder na produção científica e sobre as racialidades, como elemento do tensionamento das estruturas de poder presentes na sociedade. A segunda seção apresenta a dinâmica espacial da produção de artigos sobre as questões raciais na geografia brasileira, além das principais instituições e autorias. Por fim, a última seção discute sobre os principais grupos de sujeitos presente nas publicações.

CONHECIMENTO CIENTÍFICO E RAÇA

A geografia brasileira é marcada por relações de poder que hierarquizam temas, conceitos e sujeitos. Esse poder é baseado na hegemonia e na posição da Europa como o centro de poder econômico e científico. O colonialismo resultante dessa relação estabelece uma hierarquia do modo de fazer ciência, que ignora aqueles que geram conhecimentos que não seguem a norma hegemônica (SILVA, 2009). Césaire (1978 [1950]) argumenta que o colonialismo estabeleceu a ideia de que apenas o Ocidente consegue gerar conhecimento científico válido. O colonialismo nega perspectivas, pensamentos e visões de mundo que não seguem o que se toma como padrão e universal, ou seja, o conhecimento advindo do norte global (MIGNOLO, 2004).

Joseli Maria Silva e Marcio José Ornat (2016), argumentam sobre a geopolítica do conhecimento e como as relações de poder presentes na produção de conhecimento científico vão moldando a geografia, estabelecendo os centros hegemônicos. Os autores dialogam sobre a formação de comunidades científicas, que atuam na disseminação de determinados estudos e autorias, com base em locais e instituições, ignorando determinados estudos, advindos de locais e sujeitos não hegemônicos.

A negação de temas e sujeitos advêm do padrão moderno, ou seja, o homem, branco, europeu, cristão, heterossexual, que representa o padrão moderno e hegemônico da modernidade (SILVA, 2009). Césaire (1978 [1950]) critica o colonialismo presente na ciência, que favorece apenas uma forma de produzir conhecimento e conta a história da ciência apenas do ponto de vista ocidental. Questionar essas ideias é essencial para revisitar perspectivas negligenciadas por muito tempo, e incluir outras visões de mundo na representação da ciência, com análises diversas sobre a humanidade e as sociedades.

Durante muito tempo, a ciência tentou invalidar temas, conceitos e sujeitos como não científicos, usando a colonialidade como meio para essa refutação. Por isso os estudos que abordam mulheres, LGBTQUIA+ e sobre racialidades são silenciados na geografia brasileira (SILVA, 2009). Geny Guimarães (2015), afirma que os estudos sobre as questões raciais são muitas vezes rotulados como militância em vez de ciência, perpetuando a exclusão desses temas da produção científica.

A racialização da sociedade pautada na biologia serviu para a classificação e hierarquização das sujeitas e sujeitos. Apesar de essa perspectiva biológica ter sido superada cientificamente, os efeitos prejudiciais desse processo persistem até hoje, resultando na negação total de uma parcela da população em relação a sua linguagem, cultura, modo de vida e religião (NASCIMENTO, 1981).

Santos (2017) enfatiza que, apesar da mudança do sentido atribuído ao conceito de raça, ele ainda serve como regulador de comportamentos e ordena as relações sociais. A racialidade é, portanto, uma construção sócio-histórica, sempre espacializada no tempo e no espaço, com base na inferiorização e apagamento do Outro racializado, ao qual se denota privilégios para determinados grupos considerados hegemônicos e prejuízos para o Outro sem os privilégios (OLIVEIRA, 2011).

Seguindo essa mesma linha, a racialidade é compreendida por Carneiro (2005) como uma dimensão social determinada por uma relação estabelecida em marcadores construídos em concepções históricas e culturalmente construídas. Isso faz com que se crie valorização cultural e social a determinados grupos, denominados brancos e, simultaneamente, criando uma polarização, com adjetivos de inferioridade para os grupos denominados negros.

Mbembe (2018 [2013]) discute a questão das racialidades, argumentando que a raça vai além da mera classificação e hierarquização social, sendo um processo desumanizador que nega a humanidade de pessoas não brancas. Essa ideologia sustentava que as leis de igualdade humana não se aplicavam a lugares fora da Europa, e que os europeus tinham a missão civilizatória de salvar as populações consideradas como 'inferiores', o que reforçava a ideia de superioridade europeia (MBEMBE, 2018 [2013]).

Dessa forma, é necessário pensar a racialidade como categoria de análise e pela multidimensionalidade, estando presente em vários contextos e agindo de diferentes formas, como ocorre no Brasil, segundo Denilson Oliveira (2011). Para o autor, as racialidades no Brasil têm um caráter político e ideológico, baseado na dominação, desde as teorias de embranquecimento, da mestiçagem e da democracia racial.

Guimarães (2015) ao refletir sobre a geografia e os estudos sobre as racialidades, aponta a diversidade de abordagens a ser exploradas, mas que a ciência geográfica ainda é marcada por silenciamento e criação de barreiras a temáticas que evidenciam as questões raciais. Os efeitos desse sistema de silenciamentos de temáticas são enormes, refletidos em apagamentos e não aceite de abordagens e metodologias produzidas, alegando a falta de cientificidade.

Sueli Carneiro (2005) faz uma excelente análise, no plano acadêmico, da exclusão de temáticas a que estão submetidos os sujeitos e sujeitas negras/os, impondo barreiras na produção científica dessas pessoas, que afetam não só uma produção, mas a manutenção de pessoas racializadas nos sistemas educacionais. Para a autora, é evidente o tratamento desigual das/os negras/os no Brasil, desde a educação básica, e, principalmente, no ensino superior.

Os estudos pautados sobre racialidade tiveram o negro como objeto de estudo, negando a sua produção, tendo a concepção de que são incapazes de produzir conhecimento, como também, incapazes de serem sujeitos políticos (CARNEIRO, 2005). A autora acrescenta que a formação do negro como objeto, e não como produtor de conhecimento, é uma forma de epistemicídio, que para ela, é a negação da produção de temas, conceitos e métodos referentes às racialidades, como uma rejeição dessa produção e dos sujeitos que a produzem.

Dessa forma, se instaura na ciência o processo de controle e exclusão da diversidade de abordagens e temas, que tem como parte a elaboração do sistema de inferiorização e subordinação imposto na sociedade por meio da racialidade e do racismo. Com isso tudo, Carneiro (2005) chama a atenção para esse processo de exclusão, que regula o que será produzido e aceito, em termos de investigação científica, processo nefasto que para ela é um epistemicídio.

Com base em Boaventura de Souza e Santos, Sueli Carneiro (2005) traça argumentos sobre o epistemicídio e como ele adentra a ciência, em que para a autora:

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Percebe-se que o epistemicídio é mais que a negação de temáticas, mas é todo um processo de exclusão, de mecanismos e artifícios que reforçam uma inferioridade de não brancos. É todo um emaranhado de mecanismo que tentam reforçar a ideia do significado do conceito de raça, quando foi criado, da hierarquização e inferiorização do Outro racializado (CARNEIRO, 2005).

Por isso, se torna essencial tensionar a ciência, investigando a produção científica, e entender como o campo está estruturado perpassa por conhecer o que está sendo produzido.

Com o objetivo de compreender a estruturação do campo da geografia brasileira e seus movimentos, o Observatório da Geografia Brasileira (OGB) foi criado e mantido pelo Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (GETE-UEPG). O OGB catalogou as revistas científicas com avaliação da geografia no sistema Qualis-CAPES, abrangendo o período de 1939 a 2019 e contabilizando 25.437 artigos distribuídos em 98 periódicos nacionais.

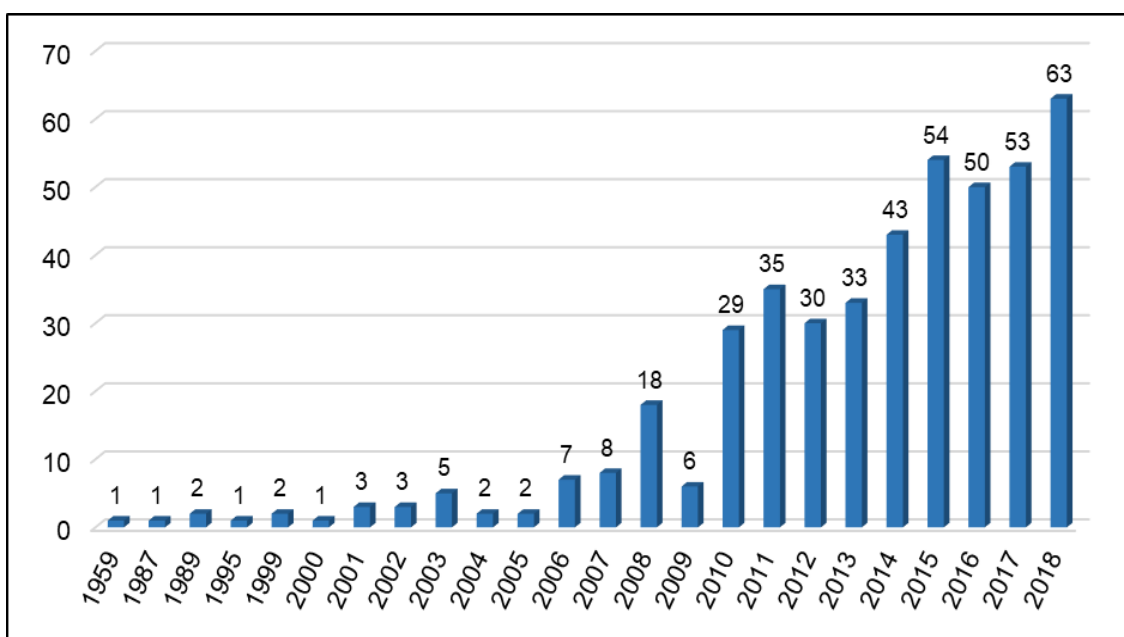
É importante destacar que a produção de artigos científicos em revistas digitais é atualmente o meio mais utilizado de divulgação de pesquisa, o que o torna um importante indicador do que está sendo produzido e silenciado na geografia nacional e de como a epistemologia da geografia tem sido construída.

Com isso, para entender como o campo das racialidades foi sendo construído no Brasil em termos de artigos, foi realizada uma busca no OGB com determinados termos que evidenciam o campo das racialidades, entendendo-se que esse campo é amplo e vai além de raça e racialidade. Dessa forma, foram adotados os seguintes termos para a realização da busca: raça, racialidade, racismo, negro, negros, negritude, quilombo, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, etnia, etnicidade, étnico-racial, 10.639 e movimento negro.

O primeiro passo de análise foi eliminar os artigos que não tinham referência as racialidades, como, por exemplo, artigos que retornavam pela pesquisa com o termo 'negro', mas que tinham como conteúdo discussões em torno do 'Rio Negro' sem ter referência as questões raciais. Em outro exemplo, ao buscar artigos com o termo 'raça', o sistema trazia como retorno artigos relacionados à discussão de 'praça'.

Após esse primeiro refinamento, houve um retorno total de 452 artigos. É perceptível que o campo das racialidades é pouco desenvolvido em termos de artigos científicos, pois de uma história de 80 anos de produção, considerando as primeiras publicações da Revista Brasileira de Geografia em 1939, temos somente 1,8% de toda produção, como demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1. Produção científica na geografia sobre racialidades.



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Com o gráfico acima fica evidente que o campo das racialidades figura com mais intensidade após o ano de 2010, se tornando uma agenda de pesquisas que busca um maior reconhecimento na epistemologia da geografia nacional. Esse período corresponde a 86,3% de toda publicação sobre racialidades em periódicos brasileiros de geografia, demonstrando a demanda pontuada por Guimarães (2015), de maior interesse quanto a essa temática após as políticas de acesso ao ensino superior, que promoveram maior acesso às universidades pelo sistema de cotas raciais, e que essas pessoas que tem um maior interesse sobre a temática.

Fica evidente as relações de poder que estão presentes no campo científico, a qual é notada pela pouca abertura da geografia em relação as discussões sobre racialidade. Isso tudo demonstra a hierarquia dentro do campo científico da geografia, pouco preocupado em dar visibilidade a sujeitos sem os privilégios epistêmicos. A geografia está configurada a partir dos

privilégios de sexo e raça, como argumenta Silva (2009) e reproduz o sistema de hierarquização de temas, conceitos e sujeitos, ocasionando ausências, silenciamentos, além do epistemicídio como aponta Carneiro (2005).

A CONSTITUIÇÃO DAS GEOGRAFIAS DAS RACIALIDADES NO BRASIL: LOCAIS DE PRODUÇÃO E AUTORIAS

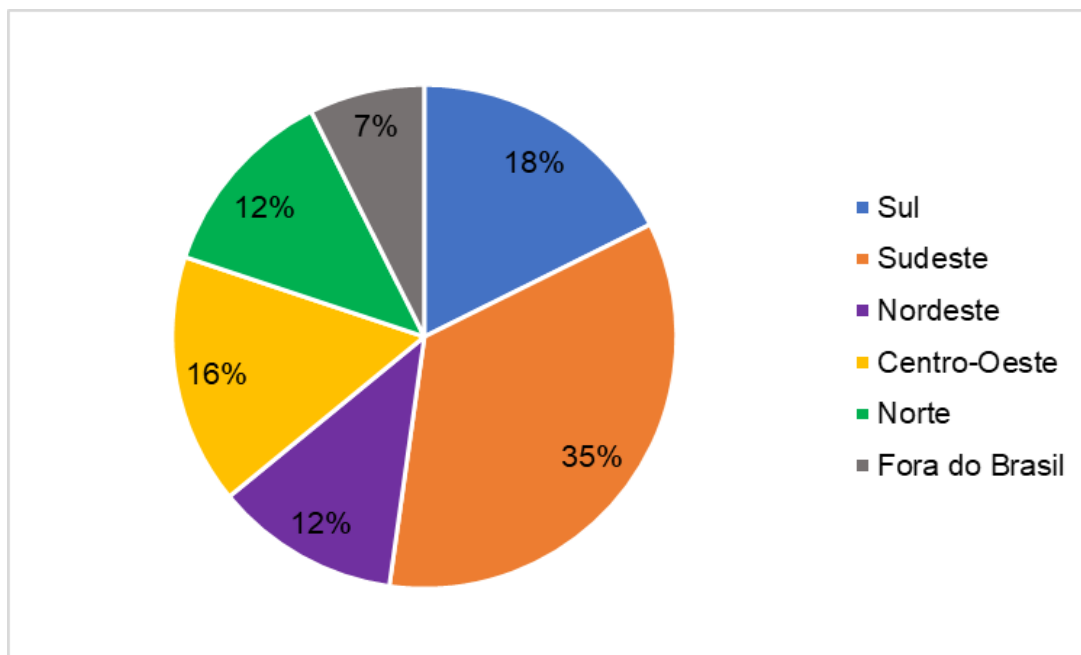
A ciência geográfica, que é organizada a partir de relações de poder, como mencionado anteriormente, muitas vezes produz análises espaciais que negligenciam as discussões sobre raça, gênero e sexualidade, sendo consideradas militância, conforme argumentado por Guimarães (2015).

Saber de que locais estão sendo realizado as pesquisas sobre as questões raciais é mensurar como o campo científico está se estruturando. A pesquisa conduzida por Santos (2022) identificou que o campo das racialidades, em termos de teses e dissertações, tem se desenvolvido principalmente na região Sudeste do Brasil.

Segundo Cesar (2015), os programas de pós-graduação estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul, sendo 57% dos programas existentes. Tamires Cesar (2019) enfatiza que os programas de pós-graduação têm uma relação direta com a produção científica, especialmente na produção de artigos.

Para mensurar os locais onde são produzidos estudos sobre racialidades, foram consideradas todas as autorias e a procedência institucional presentes nos artigos, incluindo aqueles com dois ou mais autores. Ao total temos 810 autorias dos 452 artigos. A produção de artigos científicos no campo das racialidades na geografia encontra-se principalmente concentrada na região Sudeste, conforme evidenciado pelo Gráfico 2.

Gráfico 2. Produção sobre racialidades em artigos científicos de periódicos nacionais.

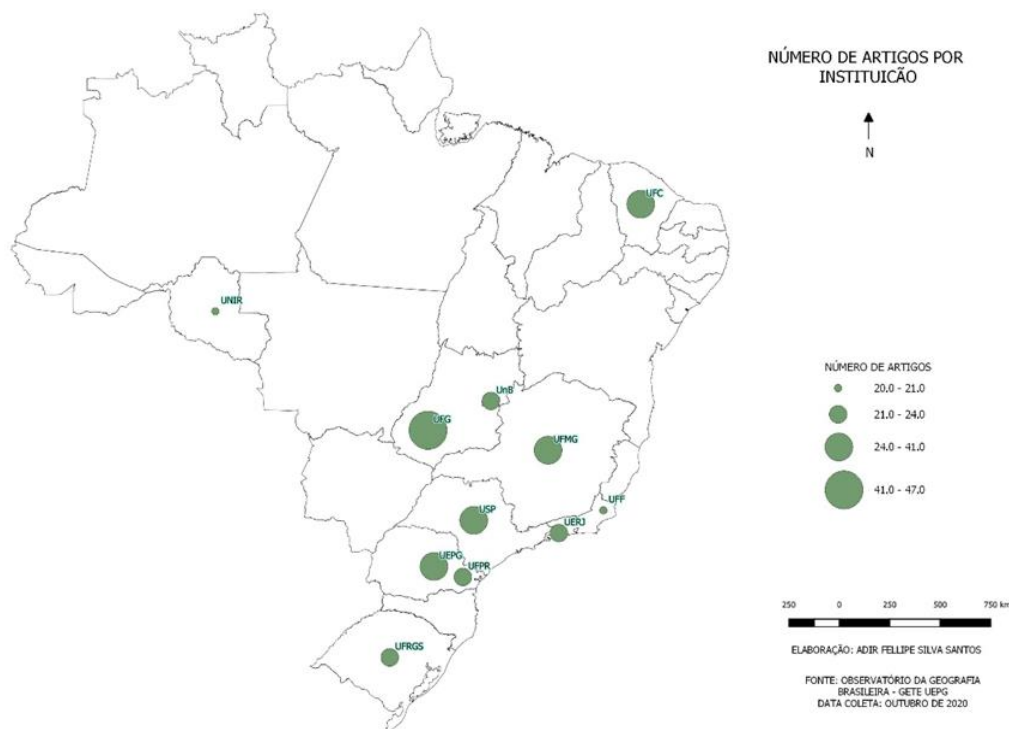


Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Considerando a autoria dos artigos, a região Sudeste é responsável por 35% da produção, sendo a principal região que produz sobre as racialidades em termos de artigos, como também ocorre nas teses e dissertações por Santos (2022) e Cirqueira e Corrêa (2014).

É inegável que temos a centralidade da produção relacionada ao Sudeste e Sul, tendo as duas juntas um total de 53% dos artigos. A concentração de artigos está associada a essas duas regiões, tem como base a centralidade dos programas de pós-graduação, sendo um total de 39 programas (25 na região Sudeste e 14 na região Sul). No entanto, é importante destacar a região Centro-Oeste, que, apesar de ter apenas 11 programas de pós-graduação tem a concentração de 35% de todas publicações sobre as questões raciais, tendo um total de 130 artigos. A região Norte, por ter um número menor de programas de pós-graduação (8 programas), tem um total de 12% das publicações, sendo 101 artigos.

É importante a procedência das produções sobre as racialidades em termos de artigos científicos e saber quais são as instituições. Isso demonstra que determinadas instituições vão ganhando destaque na produção das racialidades e se tornando centrais no debate em nível nacional, como apresentado no Cartograma 1.

Cartograma 1. Número de artigos por instituição.

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

O cartograma destaca as principais instituições em que as autorias estão vinculadas, ou seja, os locais de produção sobre as questões raciais, em que as autorias estão associadas. No cartograma é possível observar as instituições que apresentam 20 ou mais artigos de autorias advindas desses locais. Ao todo, temos a presença de 162 instituições, principalmente universidades brasileiras, mas também de outros países, sendo estas instituições públicas e privadas.

A Universidade Federal de Goiás (UFG) é a principal instituição na produção de artigos sobre racialidades, com 47 publicações que têm pelo menos um autor vinculado à universidade. Esse dado demonstra que a UFG é um grupo central nas discussões sobre racialidades.

A Universidade de São Paulo (USP) é a segunda instituição que mais produz artigos sobre as racialidades, com um total de 41 publicações com autoria dessa universidade. Em terceiro lugar, temos a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 31 publicações.

Entre as onze universidades com maior produção sobre as racialidades, quatro estão localizadas no Sudeste, somando um total de 116 artigos, enquanto o Sul possui três instituições, com um total de 76 publicações.

A concentração de produção em universidades do Sudeste se deve, em grande parte, à presença dos cursos de pós-graduação mais antigos do país, o que gera uma maior concentração de trabalhos. Além disso, o Sudeste tem o maior número de programas com conceitos 6 e 7, as maiores pontuações atribuídas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fator determinante para a distribuição de bolsas e recursos. A avaliação da CAPES atribui notas que variam de 1 a 7, considerando os programas de notas 6 e 7 como de excelência.

Para além de evidenciar as locais de produção, é preciso identificar as autorias centrais do debate das racialidades na geografia brasileira. Pois as produções relacionadas as questões raciais, como negro-vida, segundo Guerreiro Ramos (1995[1957]), são produzidas por sujeitas/os racializadas/os.

Com base nisso, fica evidente que o aumento de publicações após os anos 2000 está diretamente ligado ao acesso ao ensino superior pela política de cotas, como afirma Santos (2007). Para o autor, as pesquisas em torno das questões raciais começaram a ter os próprios sujeitos como protagonistas de suas pesquisas, denunciando as relações de poder que as afetam.

Alex Ratts (2011) explana sobre a importância da entrada de professoras/es negras/os na universidade estudando as questões raciais. Esse passo foi o pontapé para elevar o número de publicações, pois esses e essas intelectuais se tornam o suporte e a ajuda para outras pessoas que começam a estudar sobre a temática.

Nesse ponto, identificar quem são as pessoas que estão pesquisando sobre a temática nos artigos científicos nas revistas brasileiras de geografia é mostrar e corporificar essas pessoas. Assim, após análise dos 452 artigos científicos relacionado às questões raciais, temos um total de 645 autoras/es. Em se tratando do gênero dos autores, temos uma pequena vantagem de pesquisadores masculinos, sendo um total de 52% (334) das autorias, enquanto as de gênero

feminino compõe 48% (311). Podemos considerar que temos uma certa igualdade de gênero na produção sobre as questões raciais, pois a diferença é pequena.

Porém, quando são analisadas as pessoas que mais produzem no campo das racialidades na geografia, o cenário é diferente. Das autorias mais produtivas, há uma imensa centralidade masculina, indicando que as mulheres constituem uma importante força produtiva, mas é captada pela centralidade masculina. Como demonstrado na Tabela 1, das 10 pessoas que tem maior número de publicações, somente duas mulheres figuram como as centrais, ou seja, das pessoas mais produtivas, oito são homens.

Tabela 1. Autorias acima de cinco artigos sobre racialidades

Autores	Quantidade de artigos	Instituição	Gênero
Alex Ratts	14	UFG	M
Adnilson de Almeida Silva	6	UNIR	M
Cicilian Luiza Löwen Sahr	6	UEPG	F
Luís Fernando da Silva Laroque	6	UNIVATES	M
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	6	UnB	M
Alex Mota Santos	5	UFSB	M
Diogo Marçal Cirqueira	5	IEAR-UFF	M
Lucas Bento Silva	5	UFG	M
Maria Aparecida dos Santos Tubaldini	5	UFMG	F
Rafael José Navas da Silva	5	UFAL	M
Raphael Fernando Diniz	5	UFAM	M

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

A Tabela 1 também nos ajuda a entender como o campo das racialidades foi desenvolvido e quem são as pessoas que estão produzindo reflexões sobre as questões raciais no Brasil. Dessa forma, foi identificado que a UFG é a principal instituição que tem pesquisas relacionadas a temática, muito por conta da atuação e das pesquisas do professor Alex Ratts, sendo o pesquisador que mais tem contribuído sobre as questões raciais.

O pesquisador Alex Ratts é a principal referência e a que figura como o central em termos de artigos científicos, totalizando 14 trabalhos. Atualmente, Alex Ratts é professor da Universidade Federal de Goiás, nos cursos de graduação e pós-graduação em geografia e

também na pós-graduação em Antropologia, na mesma instituição. Além disso, coordena o Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da UFG.

A centralidade de trabalhos do professor Alex é tamanha que a diferença para as pessoas que tem a segunda maior produção é de oito trabalhos. Tendo o mesmo número de artigos, na segunda posição das pessoas que mais produzem, estão quatro pesquisadores, três homens e uma mulher, com seis artigos cada. Desse conjunto temos Adnilson de Almeida Silva, atualmente professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Luís Fernando da Silva Laroque, professor da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES) e Cicilian Luiza Löwen Sahr, professora aposentada da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Analisar a dinâmica das autorias é mostrar quem está pesquisando sobre as racialidades e o desenvolvimento dela na geografia. Isso se torna primordial para tensionar o campo e romper com as relações de poder e o silenciamentos que estão presentes na construção da ciência geográfica brasileira.

OS GRUPOS SOCIAIS ABORDADOS NAS GEOGRAFIAS DAS RACIALIDADES

Guerreiro Ramos (1995 [1957]) adverte que, na ciência, o negro é tratado como objeto de investigação dos brancos e não como sujeito de sua própria história. Esse autor propõe a ideia de negro-tema x negro-vida. No primeiro caso, o negro-tema é o objeto a ser examinado, ora como um ser mumificado, ora como um ser curioso e exótico. Já o negro-vida envolve compreender um ser plural, multiforme, que não se deixa imobilizar, que assume o seu destino fazendo de si próprio um ser em constante devir.

Entender a estruturação dos estudos das racialidades é identificar as abordagens e como o campo vem sendo construído dentro do pensamento geográfico brasileiro, visto que é a partir dos anos 2000 que este campo se desenvolve mais intensamente, ou seja, momento em que temos um maior número de produção de artigos científicos.

A partir disso, entender a estruturação do campo das racialidades na geografia brasileira é entender os temas, sujeitos, conceitos e metodologias evidenciados, bem como, a temporalidade e espacialidade, identificando como a ciência geográfica vem pensando a temática racial.

Considerando os trabalhos realizados por Cirqueira e Corrêia (2014) e Santos (2022), a tendência relacionada à territorialidade quilombola é a principal e central nas teses e dissertações em geografia. Santos (2022) identificou 47 trabalhos, sendo 13 teses e 34 dissertações, demonstrando como o debate em torno dos agrupamentos negros é central.

Comparando com o crescimento de trabalhos nesse período, os territórios indígenas e quilombolas constituíram a centralidade temática no campo das racialidades na geografia nesse período. As políticas públicas, voltadas para a titulação das comunidades, foi elemento propulsor de investigação para responder as reivindicações dos movimentos sociais.

Os grupos sociais são um importante indicador do que está sendo pesquisado e evidenciado nas pesquisas, demonstrando o interesse da pesquisadora ou do pesquisador. Por isso, uma análise dos sujeitos abordados se torna fundamental para alinhar os temas sobre os quais o campo das racialidades tem se dedicado a pensar e refletir. Com isso, após a separação dos 452 artigos que tem relação com as questões raciais, foram analisados o conteúdo e a abordagem que as pesquisas apresentavam. Foi feita a leitura dos artigos completos, evidenciando os sujeitos que a pesquisa trazia como centro do debate.

Como constatado que o tema central de debate em artigos científicos tem relação com o território de comunidades quilombolas e indígenas, isso já deixa pistas de quais grupos de sujeitos que ganham destaque. Questionar as estruturas de poder é colocar em pauta os sujeitos desconsiderados na produção científica.

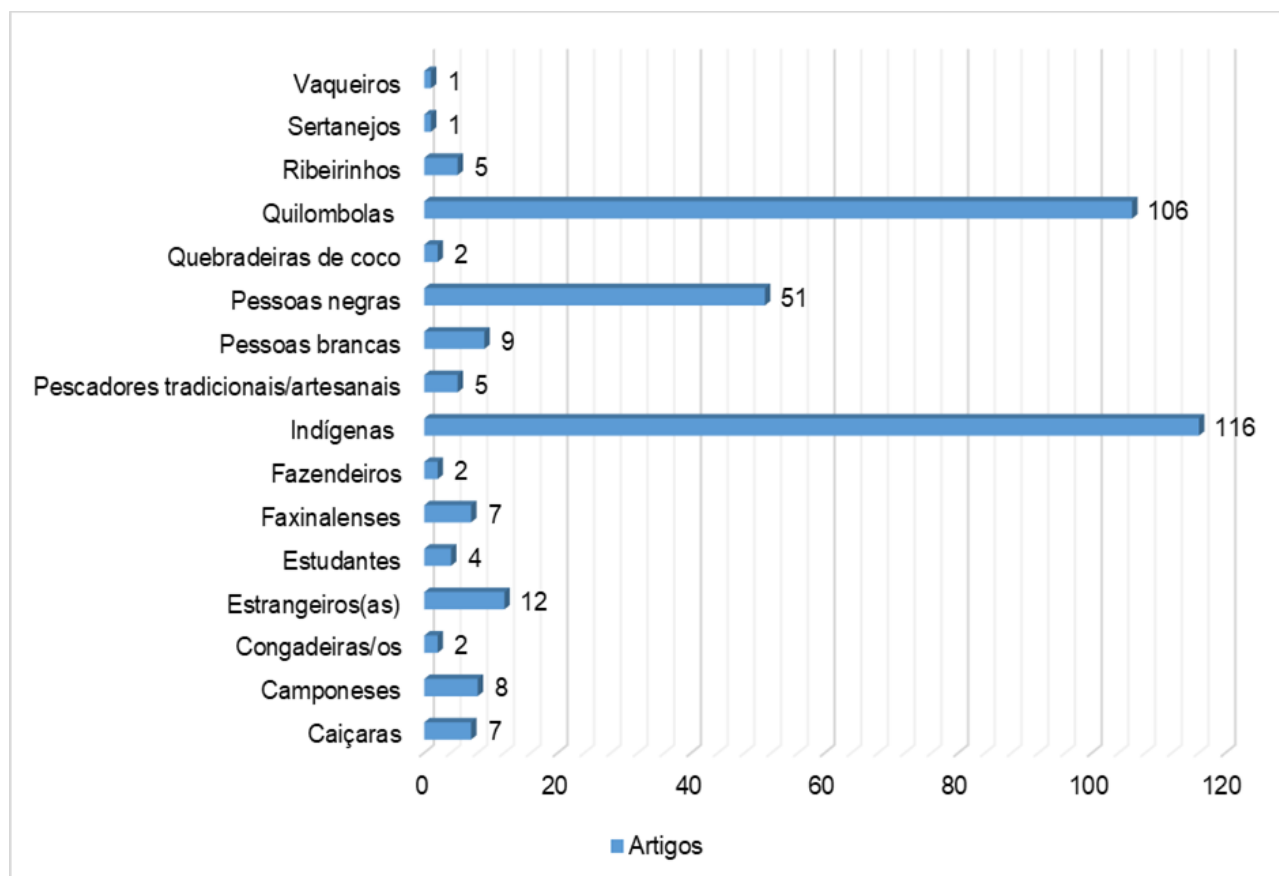
Ratts (2010) argumenta sobre a difícil aceitação de grupos de sujeitos que não estão no centro do poder, mesmo que figurem no aparecimento político no Brasil desde os anos 1970, principalmente as populações negras, indígenas e quilombolas, mas esse aparecimento não refletiu de forma mais contundente em pesquisas na geografia, considerando a Geografia Crítica pouco desenvolveu reflexões quanto a esses sujeitos marginalizados, tendo pouco avanço e quase nenhuma abertura para se colocar a variável da racialidade (RATTS, 2010).

O autor ainda argumenta que a virada crítica deu pouca atenção a determinados grupos de sujeitos e aos temas relacionado a “negros, índios e outros segmentos étnico-raciais, assim como as mulheres e homossexuais, também quase não entraram em cena” (RATTS, 2010, p. 128). Essa argumentação vai de encontro com Silva (2009), sobre a geografia não dar importância aos trabalhos que envolvem gênero, sexualidade e racialidade.

Avançando e relacionando a discussão, apontamos que os 452 artigos têm como grupos de sujeitos principais os indígenas e quilombolas, como demonstrado no Gráfico 3. O gráfico evidencia quais sujeitos estão presentes no debate do campo das racialidades na produção de artigos científicos.

Dos 452 artigos, 338 tinham o sujeito como foco central de pesquisa e discussão teórica e metodológica, enquanto os 114 artigos restantes não traziam como central da pesquisa o sujeito, o foco estava nas localizações e não em torno do sujeito em si.

Gráfico 3. Grupos de sujeitos nos artigos sobre racialidades.



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

No gráfico acima, fica evidente que os grupos de sujeitos dentro do campo das racialidades, mais retratados são os indígenas, em 116 artigos. Isso demonstra que a geografia tem se preocupado com as questões relacionadas às comunidades indígenas e à luta pelo território e manutenção da sua cultura, visto que temos como uma das principais ligações das palavras-chave, discutido anteriormente a partir das redes de grafos.

Para além da discussão em torno das comunidades indígenas e quilombolas, segundo grupo de sujeitos mais retratado, é perceptível que os grupos de sujeitos abordados estão relacionados às comunidades tradicionais, tecendo poucas reflexões para as relações de poder que moldam a nossa sociedade, mas desenvolvendo argumentação em torno dessas comunidades.

Fazendo a soma dos grupos de sujeitos que estão relacionados às comunidades tradicionais, temos um total de 260 artigos que tratam dessas comunidades, pois é a soma dos sujeitos: vaqueiros, sertanejos, ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores tradicionais/artesanais, faxinalenses, congadeiras/os, camponeses e caiçaras. Fica explícito o que Santos (2022) evidenciou, que o debate das racialidades em teses e dissertações no Brasil tem como central o debate em torno dos grupos de sujeitos de comunidades tradicionais.

Em relação às pessoas negras como sujeitos das pesquisas, obtivemos um total de 51 artigos, sendo o terceiro maior grupo trabalhado nas pesquisas. Esse conjunto de artigos refere-se às lutas em torno das relações de poder que envolvem questões raciais.

Esses artigos trazem as populações negras como centrais para o combate ao racismo e ao sistema de opressão. Mas comparado com a soma dos artigos que tem relação com as comunidades tradicionais, a abordagem crítica quanto às relações de poder ainda são muito pequenas, sendo uma discussão mais periférica, voltada principalmente a um estudo do Outro¹.

É possível argumentar que 'raça' e 'racismo' não são estruturadores dos campos das racialidades, compondo o universo temático de forma tímida. Alinhado com isso e como não figuram como centrais nos grupos de sujeitos trabalhados nos artigos, as questões raciais têm

1 O estudo do Outro, ou a alteridade, refere-se ao estudo das diferenças, sendo as diferenças 'o outro', deste modo, o outro, ou a alteridade, do masculino é o não masculino, o outro do branco é o não branco, e assim por diante.

pouca abertura, não se tendo, majoritariamente, preocupação com essa perspectiva de análise antirracista do espaço, embora alguns avanços tenham ocorrido nos últimos anos, a exemplo da publicação de um Dossiê de Geografias Negras na Revista da ABPN, em 2020, bem como a criação de GT's em eventos específicos, como o GT Geografias Negras do ENANPEGE.

Utilizando as reflexões de Guerreiro Ramos (1995 [1957]), o negro é visto nas discussões acadêmicas como tema, ou seja, é tido somente como um objeto de investigação para pesquisadores(as). As pessoas negras não são vistas como vida, sendo que as questões sobre racialidades trabalham na perspectiva de que os grupos de sujeitos são objetos de investigação e não se problematiza as relações de poder que estão postas na sociedade e que a hierarquizam.

Ressaltamos ainda que em relação aos sujeitos presentes nos artigos, os grupos sociais de brancos aparecem de uma forma muito pequena, pois somente nove artigos tem em sua análise pessoas brancas. Mas mesmo com esses artigos, a discussão que problematiza as relações de poder de sujeitos brancos não é realizada de uma forma mais contundente.

Com isso, concluímos que o debate das racialidades na geografia tem a predominância de grupos de sujeitos das comunidades tradicionais, 77% dos sujeitos identificados nas pesquisas. Dentro dessa porcentagem, temos a predominância de dois principais grupos, os indígenas e os quilombolas, como os grupos de sujeitos mais trabalhados nos artigos. Isso vai de encontro com as temáticas centrais, com as comunidades indígenas e quilombolas como principais temas de pesquisa, evidenciando o que Santos (2022) identificou nas teses e dissertações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe a compreensão as características da produção científica brasileira sobre a geografia das racialidades. Demonstramos que o debate das questões raciais na geografia, em formato de artigo, ainda é pouco explorado, sendo somente 1,8% da produção nacional, em periódicos com a avaliação Qualis-CAPES na geografia. É inegável que os dados apresentados neste trabalho, apresenta um levantamento das frentes de combate as relações de poder na produção científica na geografia brasileira, destacando os enfrentamentos de autorias e sujeitos na construção do debate das racialidades no conhecimento geográfico

nacional. Este estudo se torna primordial, para a construção de novas agendas políticas de combate as relações de poder presentes na sociedade e na geografia no Brasil.

Nesta pesquisa, o enfoque ocorreu em identificar a dinâmica espacial da produção, onde a região Sudeste concentra a maioria da produção científica sobre as racialidades. É relevante mencionar que a Universidade Federal de Goiás é uma das instituições com maior número de artigos.

É importante identificar quem são as/os pesquisadores centrais que produziram conhecimento sobre as racialidades na geografia, em termos de artigo. E nisso, temos como principal autor o professor Alex Ratts (UFG), como a pessoa que mais produz na geografia. Cabe ressaltar, que dentre as 10 pessoas mais produtivas constam apenas duas mulheres, ambas brancas.

Em relação aos grupos de sujeitos, é perceptível que o campo das racialidades na geografia brasileira esteve em volta das discussões sobre as comunidades tradicionais, principalmente indígenas e quilombolas. Isso fica evidente, pois a concentração dos trabalhos está relacionada a discussão de grupos de sujeitos ligados a essas comunidades.

Portanto, é essencial o debate sobre as questões raciais na geografia brasileira, questionando as relações de poder que estão presentes na produção geográfica nacional. O debate presente neste artigo, apresenta um panorama de como a geografia brasileira tem trabalhado com as racialidades e como ainda está presente as amarras da modernidade e da geopolítica do conhecimento, produzindo silenciamentos e marginalização das questões raciais, além de perpetuar as relações de poder que constituem o campo da ciência geográfica no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em psicologia). Universidade de São Paulo. São Paulo.
- CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. 1ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978 [1950].
- CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. “Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013”. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.
- CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. “Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro”. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnica-racial na Geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. *Revista da Anpege*, v. 10, n. 13, p. 29-58, 2014.
- CRUZ, Valter Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter Carmo, OLIVEIRA, Denílson Araújo de. *Geografia e giro decolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.
- GUIMARÃES, Geny Ferreira. Rio Negro de janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018 [2013].

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Conhecimento Prudente para uma Vida Descente: Um Discurso sobre as Ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Pan-africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra. Petrópolis: Ipeafro / Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Denilson Araujo de. Por uma Geografia das Relações Raciais: o racismo na Cidade do Rio de Janeiro. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995 [1957].

RATTS, Alex. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. Terra Livre, v. 1, n. 34, jan./jun., 2010, p. 125-140.

RATTS, Alex. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. NGUZU: revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos, v. 1, 2011, p. 28-39.

SANTOS, Mariza Fernandes dos. A Geografia e a questão racial: a produção de geógrafos/as negros/as brasileiros/as (1987-2018). 2022. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

SANTOS, Renato Emerson dos. O movimento negro brasileiro e sua luta antirracismo: por uma perspectiva descolonial. In: CRUZ, Valter Carmo, OLIVEIRA; Denílson Araújo de. Geografia e giro decolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. P. 57-75.

SANTOS, Sales Augusto dos. Movimentos negros, educação e ações afirmativas. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília. Brasília.

SILVA, Joseli Maria Silva. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria: Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 55-92.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José. Mundialização do conhecimento científico e controle do privilégio epistêmico na geografia: poder e sexualidades no Brasil. GEOgraphia, Ano 18, nº36, 2016, p. 43-61.